

Educação Financeira e as Decisões de investir (ou não) em Pirâmides

JHON DEIWISON VARGAS LOPES

Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade)

CRISTIAN ALIS SILVA

Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade)

BRUNO EDUARDO SLOGO GARCIA

Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

DÉBORA CRISTINE DOS SANTOS

Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade)

Resumo

Este artigo buscou identificar como a educação financeira influencia (ou não) as decisões de um grupo de pessoas em investir em pirâmides financeiras. Para cumprir com o objetivo proposto foi elaborado um questionário direcionado a indivíduos maiores de 18 anos que residem em Curitiba/Paraná, com perguntas sobre investimentos e educação financeira, o questionário ficou disponível de junho a agosto de 2021 e a amostra foi composta por acessibilidade. Foram obtidas o total de 117 respostas válidas, analisadas por meio da estatística descritiva. A participação de respondentes que se identificam com o gênero masculino, foi maior comparado ao gênero feminino, respectivamente 59,83% e 34,19%. A partir dos dados coletados, observa-se A maioria dos respondentes que integram a amostra do estudo apresentam algum tipo de conhecimento sobre investimentos, mencionando os riscos que seus investimentos possuem. Contudo, parte da amostra demonstra não ter conhecimento, não investir e não realizar pesquisas a respeito. No contexto dos indivíduos que não investem e não possuem conhecimento a respeito ocorre a popularização das pirâmides financeiras. Estes investimentos considerado fraudulentos tem se popularizado na ausência de instrução sobre o assunto, agravando a ocorrência de fraudes financeiras. Estas assimetrias devem ser incorporadas na educação desde o ensino básico até o ensino superior, tendo como ponto de partida o projeto de educação para o país. Este estudo contribuiu para ampliar as discussões a respeito da administração financeira e a necessidade de maiores discussões sobre a educação financeira, a fim de tornar a população brasileira mais consciente dos seus atos em relação às finanças pessoais.

Palavras-chave: Educação Financeira, Pirâmides, Investimentos.

1. Introdução

Desde o início do século XXI um dos movimentos educacionais que tem ganhado notoriedade, versa a respeito da necessidade de competências para a educação financeira. Incentivados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela crise econômica de 2008, diversos países tem buscado avançar na disponibilidade de conhecimentos nesta área para a sua população, não somente no ensino básico, mas para todos os níveis de escolaridade (Saraiva, 2017).

Contudo, a educação financeira ainda caracteriza um dos conhecimentos que apresenta *déficit* em relação aos demais conhecimentos obtidos pela população brasileira, o que resulta em uma preparação inadequada para lidar com dinheiro e, conseqüentemente, causa o endividamento da população. Uma pequena parcela dos brasileiros tem acesso ao aprendizado sobre educação financeira por meio das organizações financeiras e não do sistema educacional (Lelis, 2006; Saraiva, 2017).

O sistema educacional do Brasil não possui em seus conteúdos ensinamentos iniciais sobre a economia. A vista disso, uma parcela dos brasileiros tem dificuldades na tomada de decisões que envolve a administração de recursos financeiros. Além disso, a falta de preparo em relação à gestão financeira, leva milhares de pessoas a caírem em golpes nesta área, os prejuízos excedem os materiais e afetam aspectos psicológicos da população (Lelis, 2006).

Contudo, desde 2010 houve a implantação por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - a Educação Financeira (EF) nas escolas do Brasil. Embora o programa tenha completado a sua década de implantação, alguns avanços podem ser vistos no pensamento crítico a respeito das finanças pessoais (Cordeiro, Costa & Silva, 2018).

Atualmente a educação financeira tem tomado o centro dos debates na composição da Base Nacional Comum Curricular, ampliando o debate sobre a necessidade de preparar a população jovem para lidar com suas finanças e tomar decisões que maximizem sua riqueza (Vieira, Moreira Junior & Potrich, 2019).

Com orientação e informação adequadas sobre finanças, a sociedade pode se tornar mais consciente dos riscos e oportunidades em relação aos investimentos que realizam. É preciso introduzir o planejamento e controle de despesas para que se torne um hábito no dia a dia da população. Desta forma, tem-se a necessidade da educação financeira, uma vez que pode proporcionar a segurança material, mas também atua como um caminho para antecipar eventuais imprevistos e planejar soluções com aplicações de recursos (Medeiros, 2003; Carvalho & Scholz, 2019).

O controle financeiro tem maiores chances de se tornar natural quando ensinado desde o ensino básico, a consciência a respeito dos gastos e receitas nessa etapa da vida proporciona ao indivíduo adulto se adaptar e assumir a responsabilidade em administrar suas finanças, bem como evitar investimentos que o direcionem para perdas ou golpes (Medeiros, 2003).

Neste contexto, o mercado financeiro incorpora uma das ilegalidades comumente apresentada a população brasileira, denominada de pirâmides financeiras. Trata-se de um modelo comercial não sustentável, capaz de gerar uma renda provisória em um determinado período de tempo. As pirâmides se caracterizam pelo recrutamento de pessoas para “base da operação”, as quais garantem a geração de lucros para os indivíduos que se encontram no topo da pirâmide. Este modelo se enquadra no quesito de crimes contra a economia popular, conforme a lei nº 1.521 de 26 de dezembro de 1951, apresenta um aumento na incidência de casos no território brasileiro, e em escala mundial.

Diante do exposto, observa-se uma lacuna em relação as decisões de investimento que envolvem as pirâmides financeiras e o programa de educação financeira disponível para os estudantes da graduação na área de negócios. Para tanto, este estudo busca responder à

questão, *como a educação financeira influencia (ou não) as decisões de um grupo de pessoas em investir em pirâmides financeiras?*

Este estudo se justifica a partir da necessidade de ampliar as discussões a respeito da temática dos investimentos em pirâmides e educação financeira. Neste sentido, é possível contribuir para as discussões sobre como os cursos da área de negócios tem desenvolvido competências para os investimentos nos estudantes de graduação, demonstrando a percepção da ausência de disciplinas a respeito de investimentos para pessoas físicas. Por fim, este estudo busca contribuir para compreensão das pirâmides como um golpe financeiro que pode ser evitado por meio da conscientização educacional na população.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte forma, após esta introdução encontra-se o referencial teórico, seguido da metodologia, posteriormente coleta e a análise dos dados, e por fim as considerações finais e a referência.

2. Referencial Teórico

Nesta seção encontra-se o referencial teórico deste estudo, dividida em duas subseções, a saber: educação financeira e pirâmides financeiras.

2.1 Educação Financeira

O termo educação financeira se refere a capacidade de crítica de compreender a alocação do dinheiro que produza resultados planejados, caracteriza pelo emprego de competências que auxiliam na tomada de decisões em um sistema capitalista em que a população se encontra (2011; Ferreira, 2017).

O conhecimento a respeito da educação financeira é de extrema importância para o entendimento e elaboração de práticas de investimentos, por exemplo, como orçar e gerar renda, poupar e investir para gerar mais riqueza. O desenvolvimento dos mercados financeiros, globalização, tecnologias e acesso à informação trouxeram a praticidade em encontrar informações e ferramentas tecnológicas que facilitam a busca de informações financeiras, em especial nos últimos anos (OCDE, 2004).

Tais mudanças tecnológicas, bem como alterações de regulamentações e econômicas, fazem com que esse assunto se torne cada vez mais complexo e, por vezes, negligenciado no sistema educacional brasileiro (Ferreira, 2017; Saraiva, 2017). A falta de conhecimento das decisões financeiras compromete os resultados desejado com a renda disponível. Na visão de Braunstein e Welch (2002, p.1):

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas.

A educação financeira tornou-se, em diversos países, uma preocupação. Entretanto, sempre haverá críticas sobre a abrangência dos programas e seus resultados, o que torna imprescindível o desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população para os investimentos. Um dos pilares fundamentais em relação à educação financeira mencionados por Peretti (2007, p. 1) elucida que “para as pessoas terem uma qualidade de vida melhor é necessário saber gastar, ganhar, poupar, investir e saber doar”.

Embora as tentativas apresentadas pela OCDE e anos mais tarde a crise econômica de 2008, os esforços precisam avançar. Com este intuito, no Brasil foi criado a Estratégia

Nacional de Educação Financeira (ENEF) - a Educação Financeira (EF) como um caminho para que as assimetrias nesta área foram diminuídas, em especial nas escolas brasileiras. Contudo, o cenário atual demonstra que outras estratégias devem ser observadas e integradas nos diversos níveis de escolaridade (Cordeiro, Costa e Silva, 2018).

Para reduzir essas assimetrias, as instituições financeiras passaram a ofertar cursos e informações a todos os públicos, porém, essa estratégia deve compor as políticas públicas e o sistema educacional do Brasil. Este argumento pode ser melhor compreendido quando se observa o momento pandêmico da Covid-19 que o país vivencia. Atualmente as famílias precisam administrar a falta de dinheiro em seus orçamentos, o que ocasiona tensões nos relacionamentos familiares (Peretti, 2007; Cordeiro, Costa e Silva, 2018).

Neste contexto, surge o conceito de reeducação financeira, o qual se refere a mudanças de hábitos de consumo, mostrando a importância de economizar, organizar e planejar um orçamento financeiro, compreendendo e usando a educação financeira ao seu favor, podendo obter resultados que maximizem a renda dos investidores (Peretti, 2007).

A fim de aperfeiçoar a compreensão dos conceitos de produtos financeiros, a informação, orientação e formação podem desenvolver valores e competências necessárias para que a sociedade e, cada indivíduo, se tornarem conscientes das oportunidades e riscos. A partir disso, é possível fazer as melhores escolhas. Atualmente há uma dificuldade cultural em lidar com a conciliação entre o dinheiro e a preparação para o futuro (OCDE, 2005).

O planejamento financeiro, tanto para as pessoas físicas quanto para as pessoas jurídicas, necessita de uma estratégia para alcançar os objetivos planejados, estabelecendo, principalmente, um prazo. A vista disso, possibilita antecipar quais caminhos devem ser tomados, a fim de alcançar de forma satisfatória seus objetivos (Melo, 2012).

Por fim, a educação financeira somente será possível e atingirá o objetivo de preparar uma população consciente quanto ao uso do dinheiro, caso integre diferentes níveis de ensino, amplie o senso crítico e o planejamento, bem como proporcione o desenvolvimento de competências por meio da educação pública (Carvalho & Scholz, 2019).

2.2 Pirâmides Financeiras

As pirâmides financeiras são uma forma de gerar renda em um determinado período de tempo, com a captação de membros que pagam taxas para entrar no negócio e após demandam de um aporte financeiro. Esses aportes e as taxas são o que deixam o esquema de pirâmide operante. Atualmente, há um crescimento dessas pirâmides por conterem em seu discurso a rapidez no ganho de dinheiro, contudo, é uma prática ilegal no Brasil e acarreta em penalizações para os seus praticantes (Costa, 2001; Kaefer & Puhl, 2021).

Conhecidas por meio do Esquema de Ponzi, o qual opera com cobranças de altas taxas aos recém-chegados, estes só conseguem lucrar se trouxerem novos membros que arcam com taxas. O esquema de Ponzi ficou conhecido e recebeu esse nome devido ao Charles Ponzi, um italiano que migrou para os Estados Unidos em 1903, e agiu como um especulador financeiro americano (Frankel, 2012; Torres, 2019).

Ponzi montou um esquema de pirâmide no qual revendia várias vezes o mesmo papel nos primeiros anos de 1920 com a promessa de juros altos. Isso atraiu várias pessoas, tornando o esquema milionário. Após investigação, foi constatado todo o processo que hoje é ilícito, decretando assim sua prisão e o acarretamento de várias pessoas prejudicadas financeiramente. Hoje seu sobrenome é usado por economistas como um adjetivo para caracterizar uma situação em que uma empresa, banco ou governo não tem condições para pagar os juros e a amortização da sua dívida, fazendo com que seja necessário adquirir mais dívidas para quitar a dívida vencida (Frankel, 2012; Torres, 2019).

Desta forma, são oportunidades que são oferecidas aos indivíduos que procuram fazer fortunas, disponibilizando a eles condições favoráveis para alcançar tal desejo. O objeto pode ser a capacidade reconhecida de gerir grandes fundos por parte do autor do esquema em uma transação financeira, bem como uma experiência superior no mercado de valores mobiliários (Frankel, 2012; Torres, 2019; Martini, 2021).

A Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (2015), também conhecida na sigla em inglês como SEC, detém a responsabilidade primária da regulação do setor de valores mobiliários. A SEC descreve o esquema Ponzi como uma fraude de investimento que paga aos indivíduos que investem, com recursos provenientes de novos investidores em que os organizadores de esquema prometem reinvestir o dinheiro e gerar altos retornos com pouco ou até mesmo nenhum risco.

Porém, os fraudadores não investem o dinheiro, mas usam os valores para pagar aqueles que ingressaram no esquema por primeiro e poderem assim manter alguns recursos para si próprios. Com pouco ou nenhum lucro legítimo, os esquemas Ponzi requerem um fluxo crescente de dinheiro novo para sobreviver. Quando vários investidores efetuam solicitações de saque do dinheiro investido ou quando se torna difícil de recrutar novos investidores, os esquemas acabam entrando em colapso e até mesmo encerrando as atividades (SEC, 2015).

O esquema se define em meros veículos de transações financeiras e a medida em que se desenvolve, acaba reforçando a ideia original de que o investimento apresentado no início é de fato altamente rentável e bem-sucedido. O criador do esquema também pode se divulgar como um administrador financeiro ou um guru financeiro. Esses indivíduos afirmam possuir um vasto conhecimento e habilidade para fazer a gestão do investimento superior à média do mercado em geral. O investimento tem um ar exótico que representa uma inovação ou, por vezes, uma capacidade e um conhecimento superior não disponível para investidores e público em geral (Cres, 2014).

Esta prática é um tanto confundida com o MMN (*Marketing Multinível*), todavia, há uma diferença. O MMN gera renda a partir de venda de produtos e serviços, o recebimento de bonificações ocorre devido ao recrutamento de novos membros para a distribuição dos produtos, em contrapartida, as pirâmides utilizam o recrutamento de novos membros que sustentam o topo da pirâmide, por vezes não há produtos para comercialização, substituídos por promessas de ganhos em investimentos em ativos financeiros (Melo, 2014).

O real motivo por esta prática ser ilegal é que somente as primeiras pessoas que ingressaram nesse esquema vão obter algum lucro, pois em um determinado momento a captação de novos membros se torna nula. É um esquema que demonstra altos lucros em um curto período de tempo, isso ocorre devido à alta rotatividade de dinheiro dos novos membros, os últimos membros que entram arcam com os prejuízos (Bergo & Haro, 2014).

Momentos como a pandemia da covid-19 vivenciado no Brasil, leva a investimentos em esquemas fraudulentos, conforme afirma Kaefler e Puhl (2021, p. 567):

Em épocas de crises econômicas, o que tem se mostrado bastante frequente em nossa sociedade, algumas pessoas buscam alternativas de remuneração extra para complementar a renda familiar. Essas atividades geralmente estão ligadas a venda de produtos de higiene e beleza e utensílios domésticos. Em meio a essas ofertas, entretanto, surgem as promessas de alto faturamento baseado em recrutamento de pessoas para realizar a venda de produtos em que a remuneração depende do número de pessoas que o recrutado convidou para aderir ao esquema e não pelas vendas em si.

As narrativas empregadas para atrair novos entrantes são diversas, desde a promessa de renda extra até a possibilidade de conseguir ampliar sua riqueza atraindo os investidores. Embora seja um crime contra a economia popular, a possibilidade de dinheiro

rápido, a ausência de um sistema de ensino para todos os níveis de escolaridade e conjuntura econômica do Brasil, levam milhares de pessoas a fazer esses investimentos (Bergo, 2014; Santos, Speer & Cremonezi, 2017). Compreender como as decisões para estes investimentos ocorre é fundamental para que o planejamento da educação financeira.

De acordo com o exposto no referencial teórico deste estudo que engloba a educação financeira e os investimentos em pirâmides financeiras, a próxima seção descreve os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa.

3. Metodologia

Este estudo tem como objetivo identificar *como a educação financeira influencia (ou não) as decisões de um grupo de pessoas em investir em pirâmides financeiras*. Para responder ao problema proposto foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa trata-se de uma abordagem que tem por objetivo analisar e interpretar aspectos e características em mais detalhes (Marconi; Lakatos, 2010). Assim, neste tipo de pesquisa deve-se interpretar os acontecimentos e entender as relações existentes entre as ações analisáveis a partir da perspectiva do pesquisador, levando em consideração suas diferentes culturas, valores e crenças (Creswell, 2010).

Em relação ao objetivo, esta pesquisa é descritiva, pois trata-se de uma descrição das características de determinada população ou amostra, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, a fim de serem analisados os fatos ocorridos (Nunes, Nascimento, & Alencar, 2016).

Como fonte de coleta de dados optou-se pela elaboração e aplicação de um questionário, o qual ficou disponível para respostas dos meses de junho a agosto e foi enviado por mídias sociais para residentes na cidade de Curitiba/Paraná e que possuem 18 anos ou mais, o intuito foi coletar respostas de estudantes de graduação de forma intencional. O instrumento está exposto conforme Figura 1.

Perfil dos respondentes	
Em que cidade reside? – <i>dissertativa</i> Qual sua idade? - <i>dissertativa</i> Com qual gênero você se identifica? - <i>múltipla escolha</i> Em qual cidade você reside? - <i>dissertativa</i> Qual seu grau de escolaridade? - <i>múltipla escolha</i> No momento você está empregado? - <i>múltipla escolha</i> Em qual área você trabalha? - <i>dissertativa</i> Que cargo você desempenha no emprego onde está? - <i>dissertativa</i> A empresa onde trabalha é de que porte? - <i>múltipla escolha</i> Qual a sua renda média? - <i>múltipla escolha</i>	
Categoria: Decisões de investimentos	Referencial Teórico
Você sabe o que é um investimento? – <i>múltipla escolha</i> Você já investiu em algo? O que? - <i>dissertativa</i> Você possui algum investimento atualmente? Qual (is)? - <i>dissertativa</i> Você destina parte de sua renda mensal para investir? - <i>múltipla escolha</i> Quais fatores te levaram a investir? - <i>dissertativa</i> Você conhece o risco dos investimentos que possui? - <i>múltipla escolha</i> Você conhece a respeito das pirâmides financeiras? O que? – <i>dissertativa</i>	Bergo (2014)
Categoria: Educação	Referencial Teórico
Você cursou sua formação básica (fundamental e médio) em escola pública ou privada? - <i>múltipla escolha</i> Você recebeu alguma instrução financeira (curso, palestra, debates) durante a sua formação básica? - <i>múltipla escolha</i> Exceto no ensino básico, você já fez algum curso ou semelhantes sobre educação	Melo (2012)

financeira ou investimentos? - <i>múltipla escolha</i> Alguém da sua família investe atualmente? - <i>múltipla escolha</i> No nível de ensino atual você recebeu alguma instrução sobre investimentos? – <i>múltipla escolha</i> Você costuma pesquisar conteúdos sobre investimentos nas redes sociais? Quais? – <i>dissertativa</i>	
--	--

Figura 1. Instrumento de coleta de dados

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Para cumprir com o objetivo proposto optou-se pela aplicação de um questionário com 23 perguntas, 13 perguntas foram elaboradas para resposta de múltipla escolha, 10 perguntas dissertativas. A amostra foi composta por acessibilidade, disponível a respondentes com 18 anos ou mais e residentes na cidade de Curitiba no estado do Paraná.

As perguntas foram criadas com base nas categorias de análise e o referencial teórico utilizado neste estudo. Para analisar os dados coletados foi feita a estatística descritiva dos dados coletados. O objetivo deste tipo de análise é descrever os dados coletados, organizar e reduzir de forma a utilizar os dados para melhor compreensão dos fenômenos observados (Silva & Menezes, 2000).

4. Descrição e Análise dos Dados

A partir da aplicação do questionário, foram obtidas 117 respostas válidas, as quais possibilitaram elaborar o perfil dos respondentes, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1

Faixa etária

	Masculino	%	Feminino	%	Outro	%
Idade 18 a 19	4	5,71%	0	0%	0	0%
Idade 20 a 25	36	51,43%	22	55%	3	42,90%
Idade 26 a 35	19	27,14%	8	20%	2	28,60%
Idade 36 a 50	8	11,43%	10	25%	2	28,60%
Idade > 50	3	4,30%	0	0%	0	0%
Total	70	100%	40	100%	7	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Diante do exposto, a Tabela 1 descreve que 59,83% (70) se identificam como gênero masculino, 34,19% (40) se identificam como gênero feminino e 5,98% (7) identificam-se como não binários ou preferem não mencionar. Destes respondentes, 3,42% (4) possuem entre 18 e 19 anos, 52,14% (61) possuem entre 20 a 25 anos, 24,79% (29) possuem entre 26 a 35 anos, 17,09% (20) possuem entre 36 a 50 anos e 2,56% (3) possuem acima de 50 anos.

A amostra do presente estudo foi composta em sua maioria por respondentes que se identificam do gênero masculino, seguido por respondentes que se identificam como do gênero feminino. Parte preponderante da amostra possui de 20 a 25 anos, momento em que os indivíduos ingressam no ensino superior, após concluírem o ensino médio.

Para estabelecer um paralelo entre a escolaridade e a renda média do indivíduo, foram elaboradas 2 questões, conforme exposto na tabela 2.

Tabela 2

Grau de escolaridade e a renda mensal

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Outros	Total geral	%
Renda média R\$ 0 a 1.000	0	3	3	0	6	5%
Renda média R\$ 1.000 a 2.000	0	12	26	0	38	32%
Renda média R\$ 2.000 a 3.500	2	13	21	0	36	31%
Renda média R\$ 3.500 a 5.000	0	7	14	0	21	18%
Renda média acima de R\$ 5000	0	0	14	2	16	14%
TOTAL	2	35	78	2	117	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Como exposto na Tabela 2, os respondentes que cursaram o ensino fundamental correspondem a 1,71% (2), enquanto o ensino médio corresponde a 29,91% (35), 66,67% (78) no ensino superior e outros 1,71% não estudaram ou preferiram não informar. Em relação a renda, os respondentes que cursaram até o ensino fundamental possuem uma renda média mensal de R\$2.000,00 a R\$ 3.500,00.

Já os respondentes que cursaram até o ensino médio, os percentuais que se destacam são de 34,29% (12) respondentes que possuem renda de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 e 37,14% (13) possuem renda entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.500,00, comportamento semelhante foi encontrada nos respondentes que possuem ensino superior, 33% (26) com renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, enquanto 21,92% (21) possuem renda de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.500,00. Por fim, os que preferiram não informar ou não estudaram possuem uma renda acima de R\$ 5.000,00 (2).

Essa característica da amostra é explicada por Diaz e Machado (2008) em seu estudo sobre Competição por Emprego, os indivíduos que competem por uma oportunidade de emprego e consideram os seus custos relativos a treinamento e não na remuneração. Estes indivíduos estariam dispostos a aceitar a vaga de emprego dado seu nível de escolaridade, ou seja, quanto maior o número de indivíduos educados na população, maior será a necessidade em investir em educação como forma de preservar sua posição e se destacar diante dos outros. Contudo, a maturidade de uma carreira, por exemplo, de um estudante do ensino superior, ocorre anos após sua formação.

Para melhor compreensão do perfil dos respondentes, é possível observar a situação de emprego que apresentam, fator este que é relevante para compreender as decisões de investir ou não. Os dados se encontram na tabela 3.

Tabela 3
 Situação dos respondentes

Código da questão		Descritivo da Questão							
Q1		No momento você está empregado?							
Q2		Você sabe o que é um investimento?							
Q3		Você destina parte de sua renda mensal para investir?							
Q4		Você conhece o risco dos investimentos que possui?							
Identificação Quantitativo das Respostas									
Masculino	Q1	(%)	Q2	(%)	Q3	(%)	Q4	(%)	
<i>Sim</i>	65	56%	58	50%	25	21%	47	40%	
<i>Não</i>	5	4%	12	10%	44	38%	22	19%	
Total	70	60%							
Feminino	Q1	(%)	Q2	(%)	Q3	(%)	Q4	(%)	
<i>Sim</i>	37	32%	34	29%	12	10%	20	17%	
<i>Não</i>	3	2%	6	5%	28	24%	20	17%	
Total	40	35%							
Não responderam	7	6%	7	6%	8	7%	8	7%	
Total	117	100%	117	100%	117	100%	117	100%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os respondentes que se consideram no gênero masculino 92,86% (65) estão empregados, enquanto 7,14% (5) não possuem emprego no momento. Nas respondentes do gênero feminino os percentuais são semelhantes ao masculino, 92,5% (37) estão empregadas enquanto 7,5% (7) não estão trabalhando. Do total de respondentes 7 preferiram não responder. O cenário apresentado na situação de emprego da amostra, corrobora com a renda média possuir o maior percentual nos valores mensais entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.500,00.

A partir do perfil demográfico da amostra, foi possível observar as narrativas a respeito das decisões de investir tomadas pelos respondentes. Inicialmente, foi questionado se os respondentes compreendem o que é um investimento, 78,63% (92) responderam que sim e 15,38% (18) afirmam não saberem a respeito.

Apesar da amostra ser majoritariamente composta por pessoas que afirmam saber o que é um investimento, o cenário brasileiro como um todo é totalmente diferente. O desconhecimento do que é um investimento é uma questão cultural, segundo um levantamento realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) com o apoio do Datafolha em 2019, a educação financeira no Brasil é bastante precária.

A pesquisa nomeada de Raio X do Investidor Brasileiro (2019) mostra que a maior parte da população brasileira economicamente ativa não conhece nenhum investimento e não realiza qualquer tipo de aplicação financeira. Apenas cerca de 23,81% dos brasileiros

realizam algum tipo de investimento. Esta pesquisa ouviu 3.433 pessoas em 149 municípios, todas a partir de 16 anos de classes sociais A, B ou C em novembro de 2019.

Referente a Tabela 3 e considerando o total de respondentes, destaca-se que 87,18% (102) encontram-se empregadas e apenas 6,84% (8) estão desempregadas, mesmo que possuam renda, conforme informando anteriormente, o conhecimento sobre investimentos ainda é precário, uma vez, que somente 31, 62% (37) destinam parte da sua renda para investimentos, enquanto 72 (61,54%) não utilizam sua renda para realizar investimentos.

Este contexto é explicado nas condições econômicas e sociais do Brasil, o histórico de taxas de inflação, perda de compra do consumidor, alta do dólar e desvalorização do real, formam uma população que retém a renda que possui para manter as necessidades básicas, especialmente durante a pandemia da covid-19 (Teodoro, 2020; Summa, 2016; Nippes & Pavan, 2021)

Desses 57,26% (67) respondentes conhecem os riscos associados aos investimentos, enquanto 35,90% (42) não possuem conhecimento a respeito dos riscos em investir. A amostra do presente estudo demonstra frequência maior em relação ao conhecimento do risco do investimento, pois todo investimento possui um menor ou maior grau de risco, contudo, optam por investimentos que lhe oferecem maior segurança quanto ao seu retorno (Fiori et al., 2017; Paiva et al., 2020).

O desconhecimento dos investimentos e a possibilidade de riscos, vai ao encontro do perfil do conservador do investidor brasileiro. Paiva et al (2020) demonstra em seus achados que a contemporaneidade desenvolveu a dificuldade de poupar do povo brasileiro. Todavia, os que optam por poupar buscam investimentos que lhe dão mais previsibilidade e segurança quanto aos seus retornos, demonstrando um perfil conservador.

Tabela 4
Direcionamento para os investimentos

Código da questão		Descritivo da Questão				
Q1		Você já investiu em algo?				
Q2		Você conhece a respeito das pirâmides financeiras?				
Q3		Você costuma pesquisar conteúdos sobre investimentos nas redes sociais?				
Identificação Quantitativo das Respostas						
	Q1	(%)	Q2	(%)	Q3	(%)
<i>Sim</i>	60	51%	42	36%	48	41%
<i>Não</i>	56	48%	74	63%	61	52%
<i>Outros</i>	1	1%	1	1%	8	7%
Total	117	100%				

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Conforme exposto na Tabela 4, 51% dos respondentes já investiram em alguma modalidade de investimento, enquanto 48% nunca investiram. Esse perfil corrobora com o conhecimento do risco associado ao investimento e a decisão de não destinar parte da renda para investimentos. A conjuntura social e econômica do Brasil leva a população a não realizar investimentos, associado a ausência do conhecimento sobre investimentos e o conceito de rentabilidade, parte considerável da população opta por não investir (Paiva et al., 2020).

Para os respondentes que já investiram foi questionado que tipos de investimentos realizaram, 70% da amostra afirmou ter investido em renda fixa, principalmente investimentos relacionados a poupança, CDBs e Tesouro Direto. Em contrapartida 30% dos respondentes afirma ter investido em renda variável, por exemplo, ações, fundos imobiliários e criptomoedas.

A aplicação mais tradicional presente no Brasil é na poupança, pois oferece um risco de baixo grau, bem como é conhecido por grande parte da população. A renda fixa tem a garantia de oferecer uma aplicação com rentabilidade menor, mas com um risco bem reduzido. Ativos de renda fixa são aqueles que o investidor já sabe qual será o seu retorno, devido a remuneração dimensionada no momento da aplicação, esses investimentos são avaliados pelo valor nominal ou pela variação de um indexador (Azevedo, 2005; Almeida & Cunha, 2017).

Outros critérios podem ser adotados para a diversificação dos títulos de renda fixa: tipo de emissor, forma de rentabilidade, seu prazo, valor mínimo de investimento inicial. Esse comportamento voltado a renda fixa fortalece o perfil conservador e averso ao risco. Esse comportamento é fortalecido pelo desconhecimento das possibilidades de investir, acarretando em valores guardados nas contas bancárias e em alguns casos na poupança. Esse perfil fortalece a busca por segurança, sacrificando a rentabilidade (Fiori, et al., 2017; Paiva, et al., 2020).

Já a renda variável representa uma aplicação de maior risco, mas possibilita uma rentabilidade maior quando comparada a renda fixa. Contudo, a renda variável não permite a previsibilidade do retorno sobre o investimento, pois depende da dinâmica do mercado para valorização dos ativos, tal argumento é contrário ao comportamento conservador do investidor brasileiro (Almeida & Cunha, 2017; Paiva et al., 2020).

Um ponto a ser destacado nos respondentes que responderam “sim” à pergunta sobre os investimentos que já realizaram, houve menção as pirâmides financeiras e até mesmo apostas esportivas. As pirâmides constituem uma modalidade não regulamentada e não está relacionada a jogos de azar. Investimentos que promovem altos retornos e riscos baixos, acabam atraindo a atenção da maioria das pessoas, porém essas promessas camuflam altos possuem riscos que podem caracterizar crimes contra a economia popular (Bergo, 2014).

As pirâmides tem sido divulgadas como investimentos e ganham notoriedade com casos conhecidos e divulgados na mídia, por exemplo a empresa TelexFree. Conforme exposto na Tabela 4, 63% dos respondentes não investem e não conhecem nada relacionado a pirâmides financeiras, enquanto 36% conhecem ou já ouviram falar sobre pirâmides financeiras.

Parte expressiva dos respondentes, cerca de 52%, não costumam pesquisar conteúdos sobre investimentos, 41% realizam pesquisas a respeito. Quando questionados a respeito dos locais em que realizam tais pesquisas, os respondentes afirmam que grande parte dos conteúdos estão nas plataformas do *instagram*, *youtube*, *facebook* e outras redes sociais como o *twitter*.

Em suma, é possível destacar que parte expressiva dos respondentes estão empregados, bem como conhecem o que é um investimento, contudo, não investem. A educação financeira não corresponde somente aos cursos no ensino superior, mas qualquer estratégia de ensino que possua conhecimentos sobre o assunto.

Um indício da ausência de estudos é a quantidade dos respondentes que pesquisam sobre investimentos, o percentual de pessoas que não realizam este tipo de pesquisa é maior. A ausência de conhecimentos científicos e práticos, bem como a busca de oportunidades para gerar fortunas, direcionam os indivíduos a buscar investimentos que prometem um rápido retorno e valores elevados. O esquema de pirâmides é ofertado nessas condições, uma vez, que oferecem retornos altos e baixo risco (Frankel, 2012).

A busca por dinheiro que seja rapidamente entregue e de fácil aquisição, somado as assimetrias deixadas pela educação financeira que leva ao desconhecimento dos investimentos, acarreta em investidores que não tomam decisões assertivas. Outros fatores como o custo de vida aumentando, desemprego, instabilidade política e a inflação em alta, em especial no contexto da pandemia da covid-19, afeta diretamente esses respondentes e suas decisões de investimentos.

4. Considerações Finais

O artigo buscou identificar *como a educação financeira influencia (ou não) as decisões de um grupo de pessoas em investir em pirâmides financeiras*. Para tanto, foi aplicado um questionário (*online*), divulgado nas redes sociais para pessoas que possuem acima de 18 anos de idade.

A maioria dos respondentes que integram a amostra do estudo apresentam algum tipo de conhecimento sobre investimentos, mencionando os riscos que seus investimentos possuem. Contudo, parte da amostra demonstra não ter conhecimento, não investir e não realizar pesquisas a respeito. A busca por aumentar o patrimônio, bem como conseguir dinheiro de forma rápida e com poucas formalidades, faz com que os indivíduos sejam apresentados a fraudes, mascaradas de investimentos. Pirâmides financeiras são uma das principais ferramentas em que esses investidores sem conhecimento escolhem, (Kotz, 2014).

O Desconhecimento sobre os investimentos é uma questão cultural da população brasileira, ampliando cada vez mais os índices de incidência de pirâmides financeiras. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) demonstra em seu Relatório de Atividade Sancionadora Anual de 2020 que há um crescimento de 76% de comunicados de indícios de crimes financeiros. Por isso, o desconhecimento só amplia esses índices e traz à tona a importância da implementação da educação financeira nas instituições de ensino.

Portanto, o desconhecimento gerado pela ausência da educação financeira leva os indivíduos a fazerem investimentos fraudulentos, sendo principalmente pelo fato de apresentarem o esquema como um investimento seguro com baixo risco e com altos retornos. Esses crimes não são muito reconhecidos como apresentado por este artigo, e o estudo sobre tal assunto se faz de grande importância para a segurança e perenidade nos investimentos das pessoas.

Este estudo contribui para ampliar as discussões a respeito da administração financeira e a necessidade da educação financeira. A educação é um caminho para que a população brasileira se torne consciente das finanças pessoais. Ademais, aponta-se para a necessidade de ampliar os mecanismos de controle desses investimentos por parte dos órgãos de controle, bem como a disponibilidade de conhecimento sobre investimentos voltados aos mais diversos níveis de instrução.

Como sugestões de pesquisas futuras sugere-se analisar a educação financeira e outros tipos de investimentos que caracterizam um crime contra a economia popular, bem como analisar essa relação em diferentes contextos, como países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Referências

Andrade, M. D. (2017). Tratamento jurídico das criptomoedas: a dinâmica dos bitcoins e o crime de lavagem de dinheiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 7, n. 3, p. 43-59.

- Araújo, B., Francisco, M., Padilha, F., & Mechi, R. (2018). Educação Financeira. *Revista Científica*. v. 1, n. 1, p. 1-15. Recuperado de: <http://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/97>
- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Ambima). (2020). **Raio X do investidor 2020**. Recuperado de: <https://www.ambima.com.br/pt-br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm>
- Bergo, T. R. & Haro, G. P. B. (2014). Conceituação de pirâmide financeira e suas diferenças em relação a marketing multinível. *Etic-Encontro de Iniciação Científica*, v. 10, n. 10. Recuperado de: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4402>
- Bergo, T. R. (2014). **Considerações acerca de pirâmide financeira sob o enfoque do direito penal econômico**. v. 28, n. 28, 78 pp. Monografia de graduação, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Carvalho, L. A., & Scholz, R. H. (2018). “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar|“if you see the basic of the basics, when the school does render: financial education scenario in the school daily. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação (Brazilian Journal of Management & Innovation)*, v. 6, n. 2, p. 102-125. Doi: <https://10.18226/23190639.v6n2.05e>
- Comissão de Valores Imobiliários (CVM). (2021). **CVM identifica 325 indícios de crime em 2020**. Ministério da Economia, 29 mar. 2021. Recuperado de: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-identifica-325-indicios-de-crime-em-2020>
- Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & da Silva, M. N. (2018). Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, v. 5, n. 1, p. 69-84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>
- Costa, C. M. & Miranda, C. J. (2013). Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil. (2013). **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57-74. Recuperado de: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/viewFile/2160/1899>
- Costa, L.A. (2001). **O sistema de marketing de rede: uma estratégia de ação mercadológica**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Cres, F. (2014). **Esquema Ponzi: como tirar dinheiro dos incautos**. [eBook].
- Esteves, L.A. (2009). Incompatibilidade à escolaridade-ocupação e salários: evidências de uma empresa industrial brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 63 n. 2, p. 77-90. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402009000200001>
- Ferreira, J. C. (2017). A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. *Caderno de Administração*, v. 11, n. 1, p 1-17. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268/25017>
- Fiori, D. D., Mafra, R. Z., Fernandes, T. A., Barbosa Filho, J., & Nascimento, L. R. C. (2017). O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. *SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 21, n. 2, p. 31-46. Doi: <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v21n2-7215>

- Kaefer, P. R., & Puhl, E. (2021). Pirâmide financeira e marketing multinível: identificação, diferenças e crimes correlatos. *Academia De Direito*, v. 3, p. 567–585. <https://doi.org/10.24302/acaddir.v3.3190>
- Kotz, H. D. (2014). **Porque os esquemas de Ponzi funcionam e como se proteger contra a fraude.** [eBook].
- Lelis, M. G. (2006). Educação financeira e empreendedorismo. Viçosa: **Centro de Produções Técnicas.**
- Medeiros, C. D. L. G. (2003). Educação financeira: O complemento indispensável ao empreendedorismo. **Campina Grande:** Universidade Federal de Campinas.
- Melo, Demétrio. (2014). **Network Marketing-O Negócio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books Editora.
- Nippes, G. J., & Pavan, M. (2021). Pandemia e Inflação: o Brasil do " Bolsocaro". *Revista Pet Economia UFES*, v. 2, n. 1, p. 23-27. Recuperado de: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36434/23871>
- Nunes, G. C., Nascimento, M. C. D., & de Alencar, M. A. C. (2016). Pesquisa científica: conceitos básicos. *Id onLine Revista de Psicologia*, v. 10, n. 29, p. 144-151. Doi: <https://doi.org/10.14295/idonline.v10i1.390>
- Paiva, R. T., Silva, H. A., Souza, J. C. M., Novôa, N. F., & Pereira, C. M. M. de A. (2020). O perfil do investidor individual no mercado financeiro. *Revista Vianna Sapiens*, v. 11, n. 2, p. 48 - 77. Doi: <https://doi.org/10.31994/rvs.v11i2.694>
- Ribeiro, M. G. (2016). Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 169-188. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/es/a/sjkzsgcHknpthJVhbkny4qx/?format=pdf&lang=pt>
- Santos, V. B., Spers, V. R. E. & Cremonezi, G. O. G. (2017). As Diferenças entre Marketing Multinível e as Pirâmides Financeiras ou “Esquema de Pirâmides”. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 16, n. 2, p. 243-251. Doi: <https://doi.org/10.5585/remark.v16i2.3579>
- Santos, V. B., Spers, V. R. E., & Cremonezi, G. O. G. (2017). As Diferenças entre Marketing Multinível e as Pirâmides Financeiras ou “Esquema de Pirâmides”. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 16, n. 2, p. 243-251. Doi: <https://doi.org/10.5585/remark.v16i2.3579>
- Saraiva, K. S. (2017). Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, n. 66, p. 157-173. Doi: <https://10.1590/0104-4060.53867>
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. D. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, v. 41, p. 1121-1141.
- Silva, A. F. F. (2021). Educação financeira: presença no meio social e necessidade de inclusão escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. V. 08, p. 55-65. Recuperado de: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/necessidade-de-inclusao>
- Souza, M. C. da S. (2017). **Marketing de rede: uma oportunidade de negócio.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Summa, R. D. F. (2016). Uma nota sobre a relação entre salário mínimo e inflação no Brasil a partir de um modelo de inflação de custo e conflito distributivo. *Economia e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 733-756. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n3art8>

- Teodoro, L. C. A. (2020). Ideário neoliberal e as fragilidades das políticas públicas: a incapacidade do governo brasileiro de enfrentar da pandemia do covid-19. v. 1, n.1, p. 6-37. Recuperado de: https://revistaergaomnes.com.br/assets/pdf/1_TEODORO.pdf
- Torres, J. K. M. (2019). Esquema pirâmide: um crime sofisticado. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, PB, Brasil.
- Valentin, R. G., & Sanches, A. C. L. (2020). Investimentos em renda fixa e a relação com os índices de inflação. *Diversità: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde*, v. 6, n. 1, p. 18-29. Recuperado de: <https://revista.unifcv.edu.br/index.php/revistapos/article/view/312/236>
- Veiga, D. S. (2014). **Pirâmide: identificação e problematização**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Vieira, K. M., Moreira, F. D. J., & Potrich, A. C. G. (2019). Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. *Educação & Sociedade*, v. 40, p. 1 - 33. Doi: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>